

**MEDIDA CAUTELAR NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA 5.272 DISTRITO FEDERAL**

**REGISTRADO** : **MINISTRO PRESIDENTE**  
**REQTE.(S)** : **MESA DO SENADO FEDERAL**  
**ADV.(A/S)** : **FERNANDO CESAR DE SOUZA CUNHA E OUTRO(A/S)**  
**REQDO.(A/S)** : **RELATOR DO MS Nº 36.169 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**  
**ADV.(A/S)** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**  
**INTDO.(A/S)** : **LASIER MARTINS**  
**ADV.(A/S)** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**

**DECISÃO:**

Cuida-se de suspensão de segurança apresentada pela Mesa do Senado Federal, em face de decisão do Relator do Mandado de Segurança nº 36.169/DF, em trâmite nesta Corte, com o fito de obter a suspensão dos efeitos da medida liminar prolatada naqueles autos.

Em suas razões, defende, preliminarmente, a Mesa do Senado Federal sua legitimidade ativa para apresentar, em nome próprio, remédio idôneo para defesa das prerrogativas parlamentares ou institucionais.

No mérito, sustenta que a decisão cujos efeitos se pretende suspender, “importa grave lesão à ordem pública, sob a perspectiva da ordem político-administrativa (...), pois determinou drástica e indevida intervenção no Poder Legislativo ao impor ‘que a eleição para os cargos da Mesa Diretora do Senado Federal, na sessão preparatória de 1º de fevereiro de 2019, ocorra por meio do voto aberto dos Senadores’”.

Aponta que a decisão implicou “declaração incidental de inconstitucionalidade de dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal” o que teria desrespeitado “a Súmula Vinculante nº 10 do STF e o art. 97 da Constituição Federal, bem como a autoridade da decisão proferida pelo Plenário no julgamento da ADPF nº 378”.

Defende a ocorrência de grave risco à ordem político-administrativa, “na vertente da independência institucional e política do Parlamento e dos membros do Senado Federal”, sob a compreensão de que:

“A imposição de obrigatoriedade de voto aberto em matéria tão sensível quanto a eleição da Mesa do Senado Federal, máxime a menos de dois meses da data para a sessão preparatória em que se realizará o processo, enseja potencial alteração artificial das forças políticas que se opõem ou se arranjam para esse escrutínio, em vista da atuação de grupos de pressão e da possibilidade de influência do Poder Executivo sobre a Legislatura recém-eleita, com efeitos que se protrairão no tempo e que podem ter consequências importantes no quadro das altas decisões políticas nacionais, a colocar em risco o sistema de freios e contrapesos (checks and balances) de sustentação do Estado Democrático de Direito”.

Acena, ainda, para a ocorrência de violação à ordem pública e à segurança jurídica. Argumenta que o voto secreto em eleições internas “compõe o universo de normas de funcionamento, não apenas do Parlamento brasileiro, mas também em homólogos de diversas democracias consolidadas” e argumenta que “nada impede (...) que haja alteração do Regimento Interno do Senado Federal para prever a votação aberta, mas é uma decisão que cabe ao Plenário de cada Casa do Parlamento”.

Sustenta que a decisão cujos efeitos pretende suspender teria contrariado, ademais, a ordem jurídica, pois: (i) não teria observado que “o impetrante não tem legitimidade para postular, mediante mandado de segurança, a inovação da ordem jurídica; (ii) deixou de atentar ao entendimento formado pela maioria do Pleno do Supremo Tribunal na ADPF nº 378, no bojo da qual – defende – teria a Corte Suprema apontado, no contexto do julgamento, no sentido da “possibilidade de o Regimento Interno da Casa Legislativa prever, com fundamento específico, uma eleição secreta” e (iii) a liminar possuiria caráter satisfativo e seu cumprimento implicaria perda do objeto da ação, em confronto com a norma inserta no art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.437/92.

Defende que as disposições constitucionais que previram o voto secreto privilegiaram, “em larga medida, a autonomia e independência

## SS 5272 MC / DF

do Poder Legislativo” e pretenderam “afastar pressões circunstanciais”, pelo que seria “republicano (...) estabelecer forma de votação secreta”.

Aponta, por fim, que a Constituição silencia quanto à forma de escrutínio dos órgãos diretivos de todos os Poderes, e, não obstante, diversos tribunais estipulam em seus regimentos internos votação secreta para eleição de sua Presidência.

Defende a ocorrência de perigo da demora inverso nos autos da ação originária, sob alegação de que o impetrante “somente apresentou o Projeto de Resolução do Senado nº 53, de 2018, no dia 22/11/2018, demonstrando que a urgência foi criada pelo próprio impetrante”, uma vez que a norma regimental combatida encontra-se em vigor “há mais de 48 anos”.

Quanto ao presente pedido de suspensão, aduz ser necessária a concessão da medida liminar requerida, uma vez que “em razão do recesso e das férias do STF não haverá tempo hábil para julgamento do mandado de segurança pelo Plenário do STF antes de fevereiro de 2019”.

É o relato do necessário.

Busca-se a suspensão de decisão monocrática liminar com o seguinte dispositivo:

“Defiro a liminar, para determinar que a eleição para os cargos da Mesa Diretora do Senado Federal, na sessão preparatória de 1º de fevereiro de 2019, ocorra por meio do voto aberto dos Senadores. Este pronunciamento judicial não interfere no Projeto de Resolução do Senado nº 53/2018, ficando aberta a possibilidade de apreciação. Esta, sendo positiva, ou seja, alcançando a aprovação da votação aberta para os cargos da Mesa, o prejudicará, bem como o próprio mandado de segurança. Ante a sinalização do Supremo, com a palavra institucional o Senado da República.”

A decisão precária foi concedida no bojo de mandado de segurança em que se postulou:

“1) a concessão da medida liminar, inaudita altera pars, para determinar que a eleição para os cargos da Mesa do Senado Federal na sessão preparatória de 1º/2/2019 ocorra pelo voto aberto de todos os Senadores, até o julgamento definitivo do presente mandamus;

(...)

4) no mérito, a concessão definitiva da segurança, para declarar inconstitucionais o caput do art. 60 e o inciso II do art. 291, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, na parte em que preveem o voto secreto na eleição para os cargos da Mesa do Senado;

5) no mérito, a concessão definitiva da segurança, para determinar que a eleição para os cargos da Mesa do Senado Federal deve ocorrer sempre pelo voto aberto de todos os Senadores, em consonância com o princípio da publicidade, o princípio democrático e o princípio republicano.”

Nota-se, portanto, que o pleito autoral se voltou, em medida liminar, à eleição preparatória dos trabalhos do Senado de 1º/2/19, para que ocorresse sob voto aberto; ao passo em que, no mérito, se requer a concessão da ordem para que sejam declarados inconstitucionais dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal que preveem o voto secreto para a eleição aos cargos da Mesa do Senado, de modo que todas as demais eleições realizem-se também pelo voto aberto.

Tenho por relevante consignar, inicialmente, que é de muito evidenciado que o instrumento da suspensão de tutela não autoriza o exame cognitivo da demanda subjacente, devendo, em verdade, nessa via, limitar-se o julgador à **análise da potencialidade lesiva do ato combatido diante dos interesses públicos expressamente destacados em lei.**

Assim, a apreciação realizada na presente decisão não adentrará nas divergências expostas na ação originária quanto aos meios adequados à devida satisfação do direito alegado naquela ação ou quanto à existência ou não de violação ao texto constitucional pelo ato impugnado. Como já assentado por esta Corte, no limitado âmbito das suspensões, a

**apreciação de mérito só se justifica, e sempre de modo perfunctório, quando se mostre indispensável à apreciação do alegado rompimento da ordem pública pela decisão combatida.**

Sob essas limitações, compreendo que o caso configura hipótese de excepcional concessão da ordem de suspensão, ante o risco de comprometimento à ordem pública, delineada, *in casu*, pelo princípio constitucional da separação dos Poderes (art. 2º, CF/88).

É certo que no âmbito desta Corte vem se formando jurisprudência no sentido de que a publicidade das deliberações públicas é a regra. Assim se decidiu, mais recentemente, em julgamento colegiado nos autos da ADPF nº 378/DF-MC (redator para acórdão, Min. **Roberto Barroso**, DJe de 8/3/16) e monocraticamente nos autos do MS nº 33.908/DF-MC (Relator Min. **Edson Fachin**, DJE de 1/12/15).

O entendimento, todavia, foi formado no âmbito de julgados que apreciaram situações **deliberativas** das Casas Legislativas previstas na CF/88 e **que versavam sobre o papel institucional dos órgãos – projetando-se, portanto, para além do campo meramente interno de desenvolvimento dos trabalhos.**

Observe-se: nos autos do MS nº 33.908, a deliberação para a qual se determinou a forma aberta de votação respeitava à resolução a ser adotada pelo Senado quanto à ordem de prisão expedida a Senador da República (art. 53, §2º, da CF/88). De modo semelhante, nos autos da ADPF nº 378/DF-MC, esta Corte determinou a publicidade da votação para a escolha da Comissão Especial de Impeachment. **Ambos os casos respeitaram a situações nas quais esta Corte considerou haver deliberação para a qual se requeria transparência, já que respeitantes a atribuição constitucional ínsita ao Poder.**

De outro lado, todavia, matérias respeitantes aos atos de organização das Casas Legislativas ou que respeitassem apenas à interpretação do regimento interno de qualquer daquelas casas **continuaram sendo abordadas por esta Corte como matéria interna corporis e, desse modo, impassíveis de apreciação pelo Poder Judiciário, sob pena de violação à Separação dos Poderes.** Nesse sentido são os diversos julgados:

“MANDADO DE SEGURANÇA – DENÚNCIA CONTRA O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA – IMPUTAÇÃO DE CRIME DE RESPONSABILIDADE – **RECUSA DE PROCESSAMENTO POR INÉPCIA DA PEÇA ACUSATÓRIA:** INSUFICIÊNCIA DOCUMENTAL E AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO ADEQUADA DA CONDUTA IMPUTADA AO DENUNCIADO – IMPUGNAÇÃO MANDAMENTAL A ESSE ATO EMANADO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – RECONHECIMENTO, NA ESPÉCIE, DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O PROCESSO E O JULGAMENTO DA CAUSA MANDAMENTAL – PRECEDENTES – A QUESTÃO DO “JUDICIAL REVIEW” E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES – ATOS “INTERNA CORPORIS” E DISCUSSÕES DE NATUREZA REGIMENTAL: **APRECIÇÃO VEDADA AO PODER JUDICIÁRIO, POR TRATAR-SE DE TEMA QUE DEVE SER RESOLVIDO NA ESFERA DE ATUAÇÃO DO PRÓPRIO CONGRESSO NACIONAL OU DAS CASAS LEGISLATIVAS QUE O COMPÕEM** – PRECEDENTES – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. (MS 34099/DF-AgR, Relator o Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe de 24/10/18)

“AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL. SUPOSTA NECESSIDADE DE PLENO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES. INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVOS REGIMENTAIS DA CASA LEGISLATIVA. ATO INTERNA CORPORIS, NÃO SUJEITO AO CONTROLE JUDICIAL. SEPARAÇÃO DE PODERES. ORDEM DENEGADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.** 1. O Poder Judiciário não possui competência para syndicar atos das Casas Legislativas que se sustentam, unicamente, na interpretação conferida às normas regimentais

internas. Precedentes: MS 25.144 AgR, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe 28.02.2018; MS 31.951 AgR, Relator Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 31.08.2016, MS 24.356, Relator Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 12.09.2003. 2. A inexistência de fundamento constitucional no ato emanado do Poder Legislativo, cujo alicerce decorre unicamente da exegese do Regimento Interno das Casas Legislativas, revela hipótese de ato interna corporis insindicável pelo Poder Judiciário. 3. **In casu, a despeito de o impetrante invocar o art. 58, caput, da CRFB/1988, para amparar seu direito líquido e certo, o ato coator está baseado na interpretação dos arts. 33, §§ 1º e 2º, e 34, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que só deve encontrar solução no âmbito do Poder Legislativo, não ficando sujeito à apreciação do Poder Judiciário.** 4. Agravo interno a que se NEGA PROVIMENTO”. (MS 35581/DF-AgR, Relator o Min. **Luiz Fux**, Tribunal Pleno, DJe de 22/6/18)

MANDADO DE SEGURANÇA – PRETENDIDA SUSTENTAÇÃO ORAL NO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL – INADMISSIBILIDADE – CONSTITUCIONALIDADE DA VEDAÇÃO REGIMENTAL (RISTF, ART. 131, § 2º) – IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL QUE APROVOU A NOMEAÇÃO DOS INTEGRANTES DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ALEGADA INOBSERVÂNCIA DO RITO PROCEDIMENTAL EM SUA COMPOSIÇÃO – PRETENSÃO DOS IMPETRANTES, ENTRE OS QUAIS DIVERSAS ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO, AO CONTROLE JURISDICIONAL DO “ITER” FORMATIVO CONCERNENTE A REFERIDO ÓRGÃO COLEGIADO – LEGITIMIDADE ATIVA, PARA ESSE EFEITO, APENAS DOS CONGRESSISTAS – DELIBERAÇÃO DE NATUREZA “INTERNA CORPORIS” – NÃO CONFIGURAÇÃO, EM REFERIDO CONTEXTO, DA COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO – HIPÓTESE DE INCOGNOSCIBILIDADE DA

AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA – PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – Não se revela admissível mandado de segurança, sob pena de ofensa ao postulado nuclear da separação de poderes (CF, art. 2º), quando impetrado com o objetivo de questionar divergências “interna corporis” e de suscitar discussões de natureza regimental: apreciação vedada ao Poder Judiciário, por tratar-se de temas que devem ser resolvidos na esfera de atuação do próprio Congresso Nacional (ou das Casas que o integram). – **A submissão das questões de índole regimental ao poder de supervisão jurisdicional dos Tribunais implicaria, em última análise, caso admitida, a inaceitável nulificação do próprio Poder Legislativo, especialmente em matérias em que não se verifica evidência de que o comportamento impugnado tenha efetivamente vulnerado o texto da Constituição da República.** Precedentes. (MS 33705/DF-AgR, Relator(a): Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe de 29/3/16)

Ressalte-se que, na mais recente ponderação colegiada sobre o tema (que como acima salientado se deu nos autos da ADPF 378/DF-MC), o eminente Min. **Roberto Barroso**, redator para o acórdão, pontuou a prevalência da publicidade e transparência sob parâmetros que se mostram bastante esclarecedores e seguros. Transcrevo sintético trecho da ementa do julgado:

“No silêncio da Constituição, da Lei nº 1.079/1950 e do Regimento Interno sobre a forma de votação, não é admissível que o Presidente da Câmara dos Deputados possa, por decisão unipessoal e discricionária, estender hipótese inespecífica de votação secreta prevista no RI/CD, por analogia, à eleição para a Comissão Especial de impeachment. Em uma democracia, a regra é a publicidade das votações. O escrutínio secreto somente pode ter lugar em hipóteses excepcionais e especificamente previstas. Além disso, o sigilo do escrutínio é incompatível com a natureza e a gravidade do processo por

crime de responsabilidade. Em processo de tamanha magnitude, que pode levar o Presidente a ser afastado e perder o mandato, é preciso garantir o maior grau de transparência e publicidade possível. Nesse caso, não se pode invocar como justificativa para o voto secreto a necessidade de garantir a liberdade e independência dos congressistas, afastando a possibilidade de ingerências indevidas. Se a votação secreta pode ser capaz de afastar determinadas pressões, ao mesmo tempo, ela enfraquece o controle popular sobre os representantes, em violação aos princípios democrático, representativo e republicano. Por fim, a votação aberta (simbólica) foi adotada para a composição da Comissão Especial no processo de impeachment de Collor, de modo que a manutenção do mesmo rito seguido em 1992 contribui para a segurança jurídica e a previsibilidade do procedimento”.

Pode-se sintetizar do julgado citado três salutares ordens de ponderação para a definição do caráter da votação: (i) **a existência da previsão do sigilo em ato normativo** (Constituição Federal, lei ou Regimento Interno); (ii) a **natureza/relevância da deliberação para o controle finalístico/popular do ato**; e (iii) a **preservação da segurança jurídica**, quando necessário.

No caso concreto, sem qualquer exame sobre a constitucionalidade do dispositivo regimental (matéria eventualmente atinente à ação originária) **observo haver expressa previsão regimental no sentido do escrutínio secreto**. De fato, o dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal assim disciplina o tema:

“Art. 60. A eleição dos membros da Mesa será feita em **escrutínio secreto**, exigida maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado e assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.

**Desse modo, embora a Constituição tenha sido silente sobre a**

**publicidade da votação para formação da Mesa Diretora (art. 57, § 4º), o regimento interno do Senado Federal dispôs no sentido da eleição sob voto fechado.**

Algum questionamento pode haver no caso sobre o silêncio constitucional, se teria sido ele intencional, uma vez que, em diversos dispositivos, a Constituição previu de modo expresso o sigilo de votação.

Todavia, importa observar nos limites da presente análise que, em todas as situações nas quais a Constituição Federal previu o sigilo, se estava diante de matéria deliberativa institucional, para a qual, se ausente a previsão de sigilo, ter-se-ia, minimamente, enorme questionamento quanto à possibilidade de ato infraconstitucional inaugurá-la, ante o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos (art. 37 da CF/88). Essa constatação não passou despercebida por esta Corte nos autos da ADPF nº 358/DF-MC, tendo o eminente Redator para o Acórdão destacado na ocasião:

“A Constituição prevê algumas hipóteses de votação secreta. Não prevê votação secreta para a constituição de Comissão Especial na Câmara dos Deputados para processar impeachment. Eu não acho, porém, que o elenco de casos de votação secreta presentes na Constituição seja absolutamente fechado. É possível que, em documento infraconstitucional, preveja-se o voto secreto. Em tese, é possível, mas esta hipótese, que estamos a examinar, não tem previsão de voto secreto na Constituição. Aí eu vou à Lei nº 1.079/50. A Lei nº 1.079/50 tampouco prevê votação secreta para a constituição dessa Comissão, ela prevê expressamente a Comissão no artigo 19, mas nada fala sobre votação secreta. **Alguém poderia imaginar que o Regime Interno da Câmara pudesse prever alguma hipótese de votação secreta legítima. Acho até que poucas, mas algumas. Uma que todos reconhecem legítima é, por exemplo, a eleição da Mesa da Casa”.**

Assim que – a par de exigir previsão em ato normativo – esta Corte nos autos da ADPF nº 358, reforçou ser necessário ao exame da

constitucionalidade do sigilo, a averiguação da natureza da deliberação (segundo critério), **a fim de distinguir os atos cujo nascedouro, propósito e término se esgotam no âmbito interno da Casa – impassíveis de censura externa –, daqueles cujos efeitos se projetam para a própria missão institucional do órgão, sujeitando-se assim aos meios republicanos de controle.**

No caso, como bem destacado no trecho do voto acima citado, se está, em princípio, diante de **ato de mera organização dos trabalhos**. É assente de dúvidas que a finalidade da Mesa Diretora é a condução dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da respectiva Casa, pelo que, sob essa perspectiva, inexistente necessidade de controle externo sobre a forma de votação adotada para sua formação.

Saliente-se que esta prática do escrutínio secreto para eleições internas das Casas Legislativas se encontra presente em diversos ordenamentos jurídicos, não apenas no brasileiro. Em estudo intitulado “Voto Secreto nos Parlamentos”, o Consultor Legislativo Roberto Carlos Martins Pontes, pontuou:

“De modo geral, constata-se que as votações secretas são aceitas como práticas comuns na maioria dos parlamentos [em democracias ocidentais], em especial no que concerne a eleições internas, nomeações e indicações. Nas votações de propostas legislativas a regra é o voto aberto” (Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema6/2006\\_4042.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema6/2006_4042.pdf). Acesso em 9/1/19).

E prosseguiu o consultor citando alguns países com previsões semelhantes, dos quais – pelo ajuste ao tema sob análise – destaco:

**“República Checa**  
**Votações secretas são utilizadas para eleições no**  
**parlamento.**

(...)

**Grécia**

**Votações secretas são empregadas em eleições e em decisões que autorizem a abertura de procedimentos criminais contra membros do parlamento**

**Espanha**

(...) **O voto secreto também é utilizado em eleições internas.**

**França**

**Votações secretas são utilizadas em eleições no parlamento.**

(...)

**Portugal**

**As votações secretas são previstas para eleições no parlamento, impugnações de mandatos e decisões sobre a suspensão de processo criminal contra membros do governo.**

**Finlândia**

**Votações secretas são admitidas somente em eleições no parlamento (Eduskunta)**

**Suécia**

**Votações secretas são admitidas somente em eleições no parlamento (Riksdag)**

**Reino Unido**

**Não há previsão para votação secreta nas regras do parlamento (House of Commons), com exceção da eleição do Presidente (Speaker of the House), quando há mais de um candidato**

**Canadá**

**A eleição da presidência das duas casas do parlamento se dá por votação secreta.**

(...)

**Itália**

(...) ao final da década de 1980, principalmente visando a atender exigências de incorporação à União Europeia, houve uma reforma constitucional no processo legislativo em direção da modernização de seu sistema político. Uma das consequências foi a drástica redução do uso do voto secreto no parlamento.

**Atualmente o voto secreto é aplicado em eleições e nomeações/indicações**, e opcionalmente em questões que envolvam direitos fundamentais constitucionais e leis eleitorais.

#### **Estados Unidos**

Em regra não há votações secretas no Congresso Norte-americano, no que concerne a apreciação de leis, emendas, nomeações, indicações ou impedimentos (impeachment). Ressalte-se que embora haja previsão de sessões secretas e debates sigilosos, como no caso de impeachment do Presidente, a votação é aberta.

(...)

**Importante destacar que o Presidente do Senado é eleito em votação secreta**, e que algumas regras de seu regimento interno preveem sessões secretas”

Note-se, ainda, que também **esta Suprema Corte, conforme previsão em Regimento Interno, elege seu Presidente e Vice-Presidente por votação realizada em escrutínio secreto, assim como todos os tribunais do país.**

Se é certo que não se trata de membros eleitos pelo voto popular, também é certo que essa característica de formação do Poder não o exime da transparência quanto a seus atos que ultrapassem os limites de sua mera condução administrativa. No entanto, por se tratar de ato de condução interna dos trabalhos, ou seja, *interna corporis*, o sigilo dessa espécie de votação, também no âmbito do Poder Judiciário, se realiza sem necessidade de que os votos sejam publicamente declarados.

Importa destacar ainda a **finalidade política** que subjaz à previsão de voto secreto na hipótese dos autos: proteger a mesa diretiva e a escolha dos dirigentes da Casa Legislativa de eventual influência do Poder Executivo, ou seja, **a necessidade de que os Poderes funcionem de forma independente (art. 2º, da CF/88).**

De fato, conquanto se possa abordar a necessidade de transparência da atuação do parlamentar frente a seus eleitores, de outro lado não se pode descuidar da necessária independência de atuação do Poder Legislativo face aos demais Poderes, em especial – pela relação de

complementariedade dos trabalhos – face ao Poder Executivo.

A escolha da Mesa Diretiva importa, para além de uma seleção do dirigir administrativo da Casa, uma definição de ordem política, intimamente relacionada à natural expressão das forças político-ideológicas que compõe as casas legislativas – que se expressa, por exemplo, na definição das pautas de trabalho e, portanto, no elenco de prioridades do órgão – impactando diretamente na relação do Poder Legislativo com o Poder Executivo. Essa atuação, portanto, deve ser resguardada de qualquer influência externa, especialmente de interferências entre Poderes.

**Por fim, tenho que também a segurança jurídica reclama que se mantenha a forma de votação estabelecida em regimento interno para eleição da mesa diretiva do Senado.**

Noto que a modificação para a eleição vindoura, **por meio de decisão monocrática, sem a possibilidade de análise pelo Plenário da Corte (tendo em vista o recesso judiciário)**, implicaria em modificação repentina da forma como a eleição da mesa diretiva regimentalmente vem se realizando ao longo dos anos naquela Casa; ao passo em que a manutenção da regra regimental permite a continuidade dos trabalhos diretivos da Casa Legislativa nos moldes definidos por aquele Poder.

Trata-se de medida acautelatória, tendo em vista que, nos moldes em que delineada, a República brasileira possui sistema de freios e contrapesos entre os Poderes, mas sem descuidar da necessária harmonia entre eles, pelo que a concessão de liminar, no caso, prima pela independência assegurada no art. 2º da CF/88.

Por fim, é de se ver que, **nos autos do MS nº 36.228, neguei a liminar postulada, mantendo a norma regimental de eleição da Mesa Diretiva da Câmara (que igualmente prevê o escrutínio secreto), pelo que, também em face da necessária harmonia, e muitas vezes simetria, que deve reger as atividades das Casas que compõem o Congresso Nacional, mostra-se relevante a concessão da medida liminar pleiteada, até apreciação pelo Plenário desta Suprema Corte.**

Pelo exposto, concedo, *ad referendum* do Plenário, a medida

**SS 5272 MC / DF**

requerida, para suspender a decisão liminar proferida nos autos do MS nº 36.169/DF.

**Inclua-se o referendo da liminar ora concedida, na presente suspensão (SS nº 5272), no calendário de julgamento do Plenário do dia 7 de fevereiro de 2019.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 9 de janeiro de 2019.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

Presidente

*Documento assinado digitalmente*